

---

# ANÁLISE DA POLÍTICA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO TOCANTINS\*

---

---

---



Airton Cardoso Cançado<sup>1</sup>, André Pugliese da Silva<sup>2</sup>, Lucas Emmanuel Silva Teixeira<sup>3</sup>, Daniel da Silva Félix<sup>4</sup>

Resumo: compreender a política de energia elétrica no Estado do Tocantins é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para o bem-estar social dos beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica. O objetivo da pesquisa é analisar a efetividade da política social de energia elétrica no Estado do Tocantins. Para tanto, foram definidos critérios metodológicos baseados na Análise de Conteúdo, o que permitiu a construção de um panorama acerca das interações do Estado, da Sociedade e do mercado, representado pela concessionária de energia do Estado e a política. O texto foi dividido em três partes, nas quais apresentam-se aspectos da política pública de energia elétrica, em especial no Tocantins, os já citados procedimentos metodológicos e as análises oriundas dos dados ora coletados. Os resultados servem a uma melhor compreensão da efetividade da política, bem como sugerem caminhos que podem aumentar a sua eficácia, com destaque para a questão da comunicação com o cidadão.

Palavras-chave: Energia Elétrica. Políticas Públicas. TSEE. Tocantins

## ANALYSIS OF THE ELECTRICITY POLICY IN THE STATE OF TOCANTINS

Abstract: understanding the electricity policy in the State of Tocantins is crucial for the development of public policies that contribute to the social well-being of beneficiaries of the Social Tariff of Electric Energy. The aim of this research is to analyze the effectiveness of the social electricity policy in the State of Tocantins. To this end, methodological criteria were defined based on Content Analysis, which allowed the construction of an overview of the interactions of the State, so-

\* Recebido em: 29/08/2021. Aprovado em: 30/09/2021.

1, 2, 3, 4 Universidade Federal do Tocantins

ciety and the market, represented by the State energy concessionaire and politics. The text was divided into three parts, in which aspects of public electricity policy are presented, especially in Tocantins, the aforementioned methodological procedures and the analyses derived from the data collected here. The results serve a better understanding of the effectiveness of the policy, as well as suggest paths that can increase its effectiveness, with emphasis on the issue of communication with the citizen.

Keywords: Eletriccity. Public Policy. TSEE. Tocantins

## ANÁLISIS DE LA POLÍTICA DE ELECTRICIDAD EN EL ESTADO DE TOCANTINS

Abstracto: comprender la política eléctrica en el Estado de Tocantins es crucial para el desarrollo de políticas públicas que contribuyan al bienestar social de los beneficiarios de la Tarifa Social de energía eléctrica. El objetivo de esta investigación es analizar la efectividad de la política eléctrica social en el Estado de Tocantins. Para ello, se definieron criterios metodológicos basados en el Análisis de Contenido, que permitieron la construcción de una visión general de las interacciones del Estado, la sociedad y el mercado, representadas por el concesionario energético estatal y la política. El texto se dividió en tres partes, en las que se presentan aspectos de la política pública de electricidad, especialmente en Tocantins, los procedimientos metodológicos antes mencionados y los análisis derivados de los datos aquí recogidos. Los resultados sirven para una mejor comprensión de la efectividad de la política, así como sugieren caminos que pueden aumentar su efectividad, con énfasis en el tema de la comunicación con el ciudadano.

Palavras chave: Energia Electrica. Política Pública. TSEE. Tocantins

A política social de energia elétrica no Brasil encontra-se em processo de evolução. A partir dessa observação, nota-se a necessidade de constante revisão do seu modelo e também o seu (re)desenho. O foco do presente artigo é a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e seus desdobramentos no Estado do Tocantins. Os seus resultados devem servir ao estabelecimento de novos caminhos que levem a este propósito. A TSEE, destina-se a atender às necessidades de famílias baixa renda e em estado de vulnerabilidade social, tendo como perspectiva minimizar o impacto social do alto custo das tarifas de energia para a população brasileira.

A política atende aos critérios que foram estabelecidos quando da instituição das leis que regulam a TSEE. Tal processo evoluiu ao longo dos anos, sendo objeto de revisão em relação ao atendimento destinado aos consumidores baixa renda. A evolução da política energética no Brasil enfrentou problemas quanto ao acesso à energia elétrica pelos consumidores e também em relação à identificação do público alvo da política pública.

No que tange a identificação do público alvo, desde a sua gênese, foram definidos critérios de elegibilidade, e estes vêm sofrendo alterações ao longo do tempo. Tais modificações redundaram em reformulações nos critérios de concessão do benefício aos consumidores baixa renda, evoluindo e oportunizando novas perspectivas à política. Essa evolução pode ser notada à luz do que apontam Tavares, Ferreira e Dias (2006), desde o processo de implementação da política, fato que possibilitou a utilização de filtros de inclusão e exclusão de beneficiários do programa TSEE no Brasil.

A presente pesquisa buscou analisar a efetividade da política social de energia elétrica no Estado do Tocantins. Para alcançar o objetivo proposto foram definidos os critérios de investigação, sob a perspectiva de diferentes atores sociais, quer sejam neste caso: a companhia de energia elétrica no Estado do Tocantins (Energisa), o Estado e Sociedade.

No entanto, para se analisar as políticas sociais de energia elétrica no Estado do Tocantins, faz-se necessário avaliar também discussões precedentes acerca dos mecanismos de criação da tarifa social, bem como os entraves relativos ao seu acesso, pela população. Em um primeiro momento, a implementação de tarifa de energia elétrica atendia a critérios de estabilização da inflação brasileira (IPEA, 1994).

Em seu tempo, tal medida realocou os custos e gerou uma nova atribuição aos maiores consumidores de energia elétrica, imputando-lhes reajustes tarifários. Entretanto, parte dessa parcela de custeio da energia elétrica atribuída aos consumidores residenciais gerou reflexos prejudiciais às classes mais vulneráveis. Se parte da política de criação tarifária trouxe sérias consequências negativas ao setor elétrico, a extinção do imposto único de energia elétrica também levou a uma estagnação da expansão do setor (IPEA, 1994).

Então, o Brasil enfrenta um desafio. Ao passo que trata da privatização do setor elétrico, precisa discutir a criação de um sistema tarifário acessível às famílias em estado de vulnerabilidade. Este fato leva o governo a buscar por medidas de implementação de políticas sociais sustentáveis que resultaram na criação da TSEE. Nessa perspectiva foi delineado o problema de pesquisa: Como se comporta a política social de energia elétrica no Estado do Tocantins?

A elaboração deste artigo recebeu incentivos da Capes, por meio de Projeto de Pesquisa aprovado com o intuito de analisar o comportamento da efetividade do programa TSEE no Tocantins. O trabalho tem relevância para a sociedade, pois volta-se à avaliação dos percursos do programa, diagnosticando e sugerindo medidas eficazes para a ampliação da política social.

Para tanto, revisa a política social de energia elétrica no Estado do Tocantins sob a ótica das instituições (empresa de energia elétrica, sociedade e o Estado). A pesquisa foi elaborada em três seções, além desta, nas quais a primeira aborda a política pública de energia elétrica, a segunda seção versa sobre os procedimentos metodológicos e a terceira, que trata da análise e discussão de resultados da política pública de energia elétrica no Estado do Tocantins.

## POLÍTICA PÚBLICA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL

Uma das grandes discussões na sociedade moderna acerca das políticas sociais, refere-se à formulação de políticas relacionadas ao acesso e ao uso de energia elétrica. Tal assunto merece destaque, pois é elemento constitutivo de compromisso global firmado por 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU), organizado na publicação conhecida como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O acordo foi realizado no ano de 2015 e tem como um de seus objetivos assegurar o

acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia elétrica para todos - Objetivo ODS7.

O processo que envolve a universalização do acesso é de grande importância para o avanço das políticas sociais de energia elétrica. Estas, ao longo dos anos, vêm sendo discutidas como medidas de sustentabilidade e redução de desigualdades sociais. É relevante também ressaltar, nesse contexto, a relação entre o índice de desenvolvimento humano e os usuários da TSSE no Brasil, posto que as regiões com menor proporção de acesso à energia elétrica estão entre aquelas que apresentam baixo IDH (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2018). É no sentido de se ampliar o acesso à energia elétrica no Brasil que a discussão da concepção de políticas sociais de energia elétrica emerge como um ponto crucial da política e da luta pela universalização do fornecimento da energia elétrica (IPEA, 2019).

Como dito, esse objetivo mundial faz parte do conjunto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo assim importante para a política. Para tanto, as nações devem implementar ações que oportunizem melhores condições de desenvolvimento e de oportunidades para orientar as escolhas, no presente e no futuro, já que são necessárias para melhorar a vida das pessoas (IPEA, 2019). É sob essa perspectiva que Campello, Gentili, Rodrigues e Hoewll (2018) ratificam a desigualdade no Brasil, exposta em diferentes graus e modos. É no intuito de reparar históricas contradições de ordem, social, política, econômica, ambiental, de gênero e tantas outras, que as políticas sociais são criadas.

As políticas públicas formuladas e implementadas no período posterior a Constituição de 1988 foram fundamentais para a redução das assimetrias que assolam a sociedade como um todo, interferindo diretamente na qualidade de vida dos brasileiros. Esta, pode ser afetada positivamente, quando o Estado passa a assegurar, graças à força de Leis, algum meio de transferência de renda, das prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988. Por meio delas, busca-se garantir à população o acesso a direitos, sobretudo àqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social (PEÑA; ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2015).

Nesse contexto, a TSEE se consolida a partir da promulgação da Lei Federal n.º 10.438, de abril de 2002, combinada com a Lei n.º 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e com o Decreto Federal n.º 7.583 de 13 de outubro de 2011. Tais medidas inseriram o programa de energia elétrica no contexto social brasileiro, aplicado às famílias baixa renda.

A política de energia elétrica, no contexto de ampliação de acesso às camadas sociais em estado de vulnerabilidade, traz uma grande contribuição para as famílias baixa renda no Brasil. A legislação regulamenta descontos para consumidores baixa renda, classificando-os por consumo de energia elétrica e identificando-os por meio do Cadastro Único (CadÚnico), o que leva em consideração critérios de elegibilidade para o acesso à política social em epígrafe.

É importante salientar que a presente legislação já havia sido implementada no Brasil, mas era operacionalizada apenas por meio da Portaria n.º 437/1995 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica. Essa distribuição de energia elétrica foi realizada de forma voluntária e consciente permitindo melhorias na qualidade de vida da sociedade (LUCENA; OLIVEIRA; BEZERRA, 2015).

É notório e reconhecido, como um problema da política TSEE, a identificação do público alvo e o acesso à energia elétrica. Sem um aprofundamento na compreensão e delimitação sobre esses dois fatores não há como discutir a sua melhoria no Brasil. Ainda sob os aspectos de sua formulação, se faz necessário discutir e mitigar outros problemas da política, quer seja o custo das fraudes no setor energético e/ou a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores baixa renda, em detrimento da vulnerabilidade social e redução de qualidade de vida destas famílias (MME, 2020).

O programa TSEE no Brasil, a partir do exposto pelo relatório de avaliação do MME (2020), efetuou em 2018 desembolso de 12% dos recursos da CDE, o que equivale a R\$2.5 bilhões e corresponde a aproximadamente 9 milhões de unidades consumidoras baixa renda. O relatório apresenta ainda que as medidas tomadas, que oportunizaram a modificação nos critérios de elegibilidade da política TSEE, foram importantes para o alcance e atendimento das famílias baixa renda, ressaltando a importância de maior discussão entre especialistas e agentes do setor energético para a construção de um novo desenho de política energética no Brasil (MME, 2020).

Ainda assim, observam-se discrepâncias entre as bases utilizadas para cruzamento de dados ou até mesmo a sua atualização. Isso significa que existem possíveis divergências/erros nos dados das empresas do setor energético, com indícios de que uma possível desatualização do cadastro único seja um dos fatores de maior impacto na política TSEE (MME, 2020). Essa é, portanto, a principal motivação da discussão da política no Brasil, com vistas à criação de mecanismos eficazes para avaliação da política e para a sua ampliação, condição que geraria um maior alcance da política para a sociedade em estado de vulnerabilidade, o seu público alvo.

A ora exposta discussão sobre o acesso à rede de fornecimento de energia elétrica já se fazia presente na perspectiva de Tavares, Ferreira e Dias (2006), na qual manifestava dois pontos principais na reformulação da política social de energia elétrica: primeiro, a necessidade de satisfação da maximização de lucros pelas empresas do setor energético e, segundo, o acesso à rede de energia elétrica. Esses dois pontos são um paradoxo do ponto de vista da discussão da formulação das políticas sociais, pois envolvem desafios no sentido de atender a critérios que satisfaçam, tanto as instituições que formam o setor energético no Brasil, quanto sirvam aos desafios impostos pela redução das tarifas de energia elétrica, no que tange à sua relevância em termos de desenvolvimento social.

É relevante mencionar que o relatório de avaliação do Ministério de Minas e Energia (MME) 201902174, associa as medidas e os critérios estabelecidos em lei a um grande avanço na política social de energia elétrica no Brasil. Esse avanço, só foi possível após as sucessivas modificações nos critérios de elegibilidade da política TSEE, fato possibilitado a partir do ano de 2002, graças ao posicionamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) no qual regulamentou o desconto de energia por meio das resoluções 246/2002 e 485/2002 (DE PAULA, 2013).

O processo de evolução da política social de energia elétrica no Brasil ocorre com mudanças significativas, que são evidenciadas por Valente (2013). Este, mostra que o

programa TSSE funciona obedecendo a 4 (quatro) faixas de consumo. Entende ainda, que a utilização das faixas de consumo dificulta a formulação dos processos de regulamentação e por isso defende a implementação de faixa de consumo única com fornecimento de energia ininterrupto e obedecendo a um limite mínimo sem a suspensão de seu fornecimento. Essa modalidade de consumo seria formada por uma distribuição de energia mais vantajosa aos contribuintes.

Na mesma trilha, importante citar que ações implementadas com o avanço da pandemia foram regulamentadas pela resolução n.º 928 de 26 de março de 2021, e nelas foram estabelecidas medidas de conservação dos serviços fornecidos pelas empresas de energia elétrica, das quais as principais são: a vedação da suspensão do fornecimento de energia e a o processo de repercussão cadastral para a obtenção do benefício TSEE (ANEEL, 2021). A medida não contempla usuários excluídos do cadastro único e famílias que possuem o benefício em mais de uma unidade consumidora.

### Aspectos Regulatórios no Estado do Tocantins

A política social regulatória de energia elétrica no Brasil se estendeu a todos os Estados brasileiros, consolidando-se como um programa de instrumento de transferência de renda e redução de desigualdades. A sua evolução tem início com a portaria n.º 437/95, que propõe que as distribuidoras sugiram critérios que sirvam à identificação e classificação dos consumidores residenciais de baixa renda. É assim criado o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e uma alternativa de financiamento formulada por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Com o intuito de ratificar os aspectos regulatórios da política, foram introduzidos critérios para o atendimento de beneficiários da política pública de energia elétrica e a busca pela universalização do serviço público de energia elétrica no Brasil (BRASIL, 10.438/2002).

Segundo Campelo, Vilaça e South (2003), a corrida pela busca de melhoria na eficácia da política pública de energia foi acolhida e posta em discussão pelo Tribunal de Contas da União (TCU) fato que resultou em relatório de auditoria no qual se situam algumas recomendações acerca da revisão de critérios das concessões da TSEE no Brasil. Neste, dedicam-se esforços no sentido de aprimorar os critérios de elegibilidade da política pública de energia elétrica por meio da TSEE, pois esta possibilitava anteriormente a concessão de benefícios a unidades consumidoras fora dos critérios geralmente aceitos (CAMPELO *et al.*, 2003).

É notório o avanço da política energética, como pode ser verificado por meio da Lei n.º 12.212/2010 e do Projeto de Lei n.º 2.428/2019, que alteraram as faixas de consumo e os critérios aplicados nos descontos de energia às famílias baixa renda. A política evolui até o ano de 2020, pois com a pandemia não houve apenas o colapso do sistema de saúde. Tal catástrofe sanitária gerou severos reflexos na economia brasileira, exigindo, dentre outras ações, medidas temporárias como a isenção de unidades consumidoras até 220 kwh de consumo (Figura 1).

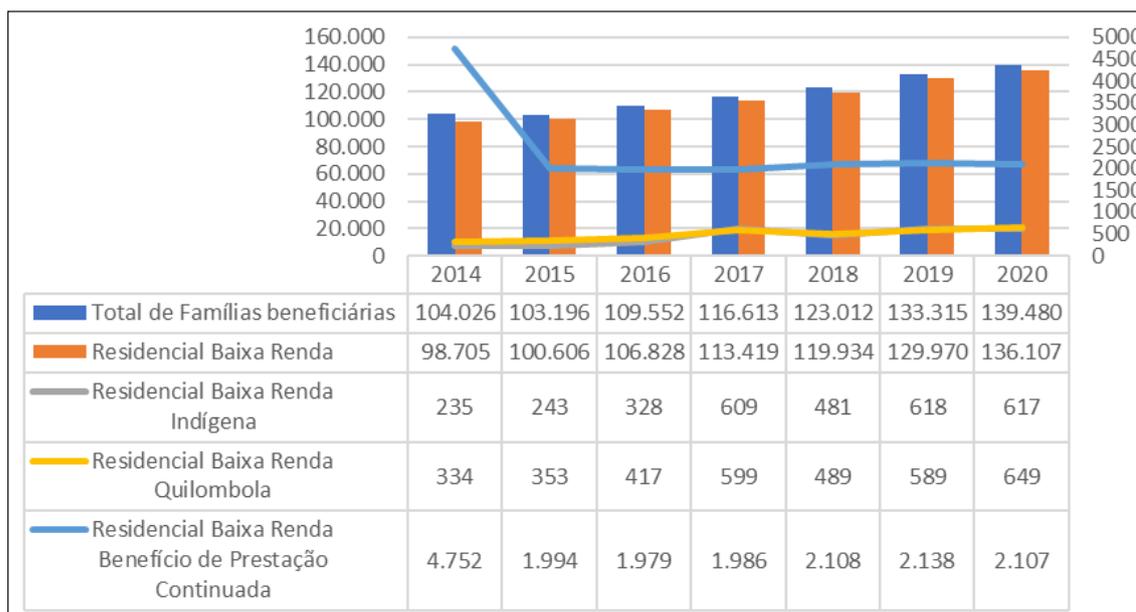


Figura 1: Tarifa social de energia elétrica no Estado do Tocantins

Fonte: Elaboração própria com dados Energisa (2020).

No Estado do Tocantins os números expressam a relevância da política de energia elétrica para as famílias beneficiárias. Seu valor é evidenciado também na medida em que indica as classes baixa renda distribuídas pelo total de famílias que foram beneficiadas (conjunto formado por comunidades indígenas, quilombolas, benefício de prestação continuada). Os dados de cadastro geral das unidades consumidoras apresentam o avanço da universalização do serviço de energia elétrica no Estado. Dessas, 136.107 mil são as unidades consumidoras de famílias baixa renda, conforme o que se apresenta (ANEEL, 2020).

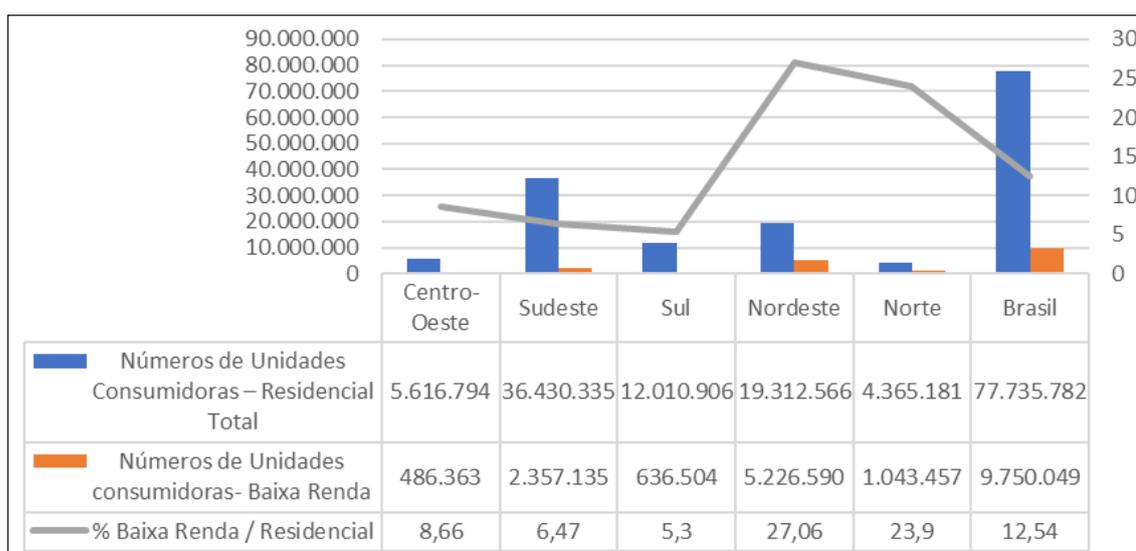


Figura 2: Unidades consumidoras baixa renda por regiões do Brasil

Fonte: dados da Aneel por região de abril de 2020.

Avaliar a eficácia da implementação do programa no Brasil, e mais especificamente no Estado do Tocantins é uma necessidade para que seja possível continuar o processo

evolutivo de atendimento aos beneficiários da política energética. Contudo, é importante notar que no universo dos consumidores residenciais, as regiões Norte e Nordeste possuem um desafio maior em relação aos outros Estados do país. É este um breve panorama do avanço da política social de energia elétrica no Brasil, evidenciada pelas unidades consumidoras baixa renda, com reflexo no contexto das desigualdades sociais.

Avançando ainda e retratando a composição da política no Estado do Tocantins, a TSEE se mostra importante sob dois aspectos: o primeiro, em relação à representatividade do programa TSEE e o segundo, na medida em que esta se vincula ao processo de distribuição de renda à parcela da sociedade tocantinense que se enquadra no referido programa. Tal contexto evidencia o avanço da política social no Tocantins e mostra o reflexo também da efetividade da política no Estado quando observados/comparados os dados das Figuras 1 e 2.

Esse propósito pode ser refletido na perspectiva de Camargo, Ribeiro e Guerra (2008), na qual evidenciam a importância do fomento à implementação das políticas sociais. Essas medidas são cruciais para a abordagem da política como um direito fundamental, produzindo reflexos econômicos e sociais que melhoram as condições de vida de famílias enquadradas como baixa renda, além de contribuir ao processo de inclusão social e acesso à educação (CAMARGO *et al.*, 2008).

A presente discussão aborda a TSSE no Tocantins, fazendo referência à empresa de energia elétrica, na perspectiva de medir a dimensão e a dinâmica da política de energia elétrica no Estado. Entretanto, o sistema de energia elétrica tocantinense foi herdado com precedentes do Estado de Goiás, mais precisamente das Centrais Elétricas de Goiás S.A. (CELG), empresa responsável pelo serviço.

A emancipação e a criação do Estado do Tocantins também deram origem à Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (Celtins) que foi criada com a promulgação da Lei n.º 015/1989. Atualmente, a empresa Energisa é a concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica no Estado do Tocantins.

O histórico, aqui brevemente apresentado, evidencia o processo de regulamentação e os critérios que deram origem à distribuição da energia elétrica no Estado. Estes foram robustecidos pela portaria n. 437/95 (DNAEE) que deu origem a critérios outros, que definem alguns consumidores como baixa renda residencial. Esse avanço pôde ser notado ainda com a criação da lei n.º 12.212/2010, que definiu as normas para a formulação da política pública de energia elétrica, se iniciando por meio do programa TSEE. A política vem sendo fortalecida na medida em que os procedimentos relativos aos critérios de elegibilidade dos beneficiários das políticas também se modernizam.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### Delineamento da Pesquisa

Alinhado a proposta inicial deste estudo, este artigo fez uma análise sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica, no Estado do Tocantins, o qual descreveu e analisou a relação entre os atores sociais ligados ao benefício partindo do Estado, aqui representado pelos

CRAS, bem como a concessionária de energia elétrica, aqui representada pela Energisa e também pela população tocantinense, seja ele(a) beneficiário(a) ou não. Buscou-se o desenvolvimento de uma metodologia que pudesse atender aos objetivos deste estudo, mesmo em meio a atual pandemia que o mundo vem enfrentando, causada pela Covid-19.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar e multifacetada, o estudo em questão caracteriza-se por ser qualitativo, pois objetivou analisar as relações e os desafios da política, sob a ótica dos agentes sociais citados anteriormente, no que se refere a TSEE. Este trabalho é de natureza descritiva, pois detalhará aspectos e peculiaridades dos fenômenos e processos inerentes à política pública de barateamento da tarifa de energia elétrica.

Ao longo desta caminhada, a pesquisa foi subsidiada pelo levantamento bibliográfico sistemático, seguido por uma fundamentação teórica que abarca temas e fenômenos intrínsecos a TSSE, a saber: a universalização do acesso à energia elétrica, a tarifa social de energia elétrica no Brasil e exemplos de nações que possuem política semelhante a desenvolvida no Brasil e etc. (GIL, 2014).

A pesquisa documental foi abraçada por este estudo, visto que os documentos carregam em si bastante singularidade, o que enriquece a observação de um determinado processo e/ou interação social. Neste caso específico, as legislações brasileiras que fundamentam e legitimam a operacionalidade da TSEE no âmbito nacional foram a âncora. Neste ponto, cabe ressaltar a Lei Federal n.º 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e o Decreto Federal n.º 7.583, de 13 de outubro de 2011, os quais regulamentam atualmente tal política no Brasil.

Como já mencionado, foram necessárias algumas adequações, em função do advento da pandemia da Covid-19. As entrevistas foram realizadas remotamente (entre os meses de maio e outubro de 2020, por meio de vídeo chamada feita por intermédio da plataforma Google Meet, e/ou por ligação telefônicas) e o grupo focal não foi realizado. O maior dos empecilhos foi entrevistar os beneficiários. Para tanto, utilizou-se como método adicional um questionário, estruturado em meio eletrônico. É importante ressaltar que os sujeitos desta pesquisa têm pouco acesso à Internet e nem todos dominam o uso de ferramentas de interação virtual. Devido ao número diminuto de respostas (30), esta estratégia foi abandonada.

Conseguiu-se o acesso a uma comunidade quilombola, por meio de sua associação. Foi realizada uma entrevista com o responsável pela TSEE na empresa Energisa (Concessionária de Energia Elétrica do Tocantins). Foram realizadas 3 entrevistas com responsáveis pelos CRAS de Palmas (região central do Estado), Araguaína (região norte do Estado) e Gurupi (região sul do Estado), com o intuito de cobrir as principais cidades do Estado. Foram realizadas ainda 09 entrevistas, sendo 5 em no município de Araguaína, 2 em Palmas e 2 em São Félix do Tocantins, com cidadãos, sendo estes beneficiários, ou não. Vale destacar que o conteúdo originário das entrevistas é de cunho meramente educativo e informacional. Isto posto, desde o início assegurou-se a cada entrevistado(a), a confidencialidade dos dados fornecidos no âmbito desta pesquisa.

Em seguida, as interpretações e análises das entrevistas foram fundamentadas à luz do que assevera Bardin (2011), que utiliza a análise de conteúdo como a técnica vol-

tada para examinar a comunicação, o que por sua vez, permitiu a avaliação minuciosa do que foi dito pelos sujeitos nas entrevistas, e também o que foi observado ao longo da pesquisa realizada.

### Análise de Conteúdo

A fase inicial consistiu na organização dos dados da pesquisa, o que neste caso refere-se à transcrição das entrevistas. Tais frutos estabelecem o *corpus* que tem por objetivo operacionalizar a Análise de Conteúdo. Nesta fase é realizada a leitura flutuante, com o intuito de se conhecer o material como um todo. Tal ação ajuda a estabelecer regras para a categorização, derivadas dos objetivos do trabalho. Dessas regras é construída a grade, ou desdobram-se as categorias de análise (Quadro 1). Para Bardin (2011) a grade pode ser fechada (categorias criadas *a priori*) ou grade aberta (categorias criadas *a posteriori*). Nesse caso, foi utilizada uma grade “mista”, que segundo Vergara (2005) parte de uma grade fechada, porém, é flexível para a inclusão de novas categorias. Bardin (2011) também indica a possibilidade de utilização de uma grade flexível. Essas categorias devem ser:

- a) exaustivas, isto é, devem permitir a inclusão de todos os elementos, embora nem sempre isto seja possível;
- b) mutuamente exclusivas, ou seja, cada elemento só poderá ser incluído em uma única categoria;
- c) objetivas, isto é, definidas de maneira precisa, a fim de evitar dúvidas na distribuição dos elementos;
- e d) pertinentes, ou seja, adequadas ao objetivo da pesquisa (VERGARA, 2005, p. 18).

No Quadro 1, apresentam-se as categorias de análise.

Quadro 1: Categorias de análise

<b>Categoria/Relação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tipo</b>
<b>Sociedade-Estado</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação, conflitos e/ou cooperação entre órgãos públicos e a sociedade, essencialmente o CRAS.	<i>A priori</i>
<b>Sociedade-Mercado</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação, conflitos e/ou cooperação entre a Energisa e a sociedade, essencialmente o CRAS.	<i>A priori</i>
<b>Estado-Mercado</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação, conflitos e/ou cooperação entre órgãos públicos e a Energisa.	<i>A priori</i>
<b>Governança da Associação</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo as características da governança da associação quilombola.	<i>A posteriori</i>
<b>Sociedade Universidade</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação entre a associação quilombola e a Universidade.	<i>A posteriori</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Nota: Obs. 1: Estado, representado pelos CRAS e Funai; Mercado representado pela concessionária local – Energisa e Sociedade, representada pelos cidadãos e pela associação quilombola. Obs. 2: as categorias apresentadas *a posteriori* são exclusivas para a associação quilombola entrevistada.

A fase seguinte consiste na adequação do *corpus* às categorias. Essa fase é crucial, pois o conteúdo deve ser distribuído nas categorias (*a priori* e *a posteriori*, como é o caso deste trabalho). Pode haver pequenas divergências de análise entre diferentes pesquisadores ao analisar o mesmo corpus. Porém, elas não devem ser significativas a ponto de relativizar o trabalho.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO

A terceira fase acontece a partir da interpretação dos resultados e da realização de inferências sobre o material produzido. Depois dessa fase, os resultados são apresentados. No caso deste trabalho, optou-se por apresentar inicialmente os resultados por tipo de entrevistado (Quilombola, Cidadão, CRAS, Funai e Energisa) e, posteriormente, fazer uma análise mais aprofundada comparando-se os resultados.

Com efeito, mediante a sistematização dos diversos elementos de pesquisa aqui já destacados, realizou-se a construção colaborativa deste artigo, o qual tem por finalidade, para além do universo acadêmico, colaborar com o desenvolvimento do Estado do Tocantins. Em perspectiva, pode ser luz para potenciais estudos que abracem temáticas de igual natureza, servindo ao refinamento de práticas do poder público relativas a questões ligadas à TSEE em seus aspectos mais amplos de planejamento, operacionalização e avaliação.

Quadro 2: Categorias de Análise<sup>5</sup>

<b>Categoria/Relação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tipo</b>
<b>Sociedade-Estado</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação, conflitos e/ou cooperação entre órgãos públicos e a sociedade, essencialmente o CRAS.	<i>A priori</i>
<b>Sociedade-Mercado</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação, conflitos e/ou cooperação entre a Energisa e a sociedade, essencialmente o CRAS.	<i>A priori</i>
<b>Estado-Mercado</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação, conflitos e/ou cooperação entre órgãos públicos e a Energisa.	<i>A priori</i>
<b>Governança da Associação</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo as características da governança da associação quilombola.	<i>A posteriori</i>
<b>Sociedade Universidade</b>	Trechos de entrevistas que tenham em seu conteúdo a relação entre a associação quilombola e a Universidade.	<i>A posteriori</i>

Nota: Obs. 1: Estado, representado pelos CRAS e Funai; Mercado representado pela concessionária local, Energisa, e Sociedade, representada pelos cidadãos e pela associação quilombola. Obs. 2: As categorias apresentadas a posteriori são exclusivas para a associação quilombola entrevistada.

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

5 Optou-se pela precedência da Sociedade na nomenclatura da categoria, seguindo a linha de Tenório (1998 e outros trabalhos), que preconiza a precedência que deve ser dada de uma categoria sobre a outra para a análise social. Mais detalhes em Tenório (1998) e mais recentemente em Cançado, Pereira e Tenório (2015).

Quadro 3: Análise de Conteúdo – Associação Quilombola Q

<b>Categoria/Relação</b>	<b>Descrição</b>
<b>Sociedade-Estado</b>	Relação entre o CRAS e o quilombo em questão é tímida. Necessidade de maior comunicação. A associação tem pouco contato com a Fundação Cultural Palmares <sup>5</sup> .
<b>Sociedade-Mercado</b>	A energia elétrica só chegou à comunidade entre 2018/2020. Sobre o TSEE, a comunidade teve seu primeiro contato por meio da Energisa. Não existe nenhum material educativo/informativo sobre TSEE na comunidade. Necessidade de estabelecer canal de Comunicação efetivo.
<b>Estado-Mercado</b>	Apenas parte da comunidade tem acesso à Rede Elétrica. A primeira fase foi concluída em 2018.
<b>Governança da Associação</b>	O entrevistado representa uma associação local. A associação ainda tem atuação muito concentrada no entrevistado que é o responsável pelas ações e processos em nome da associação.
<b>Sociedade Universidade</b>	A relação entre as universidades e a comunidade em questão é incipiente, esse projeto talvez seja o primeiro a ter o potencial de impacto direto na região nesse tema.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A Análise de Conteúdo demonstra alguns problemas a serem enfrentados. O primeiro é o da informação para se obter o benefício, pois são necessários, para tanto, alguns passos. O primeiro deles é a obtenção do CadÚnico e, posteriormente, atualizá-lo a cada dois anos. Isso implica em uma relação mais próxima com o CRAS.

Outra questão é a universalização do acesso da energia elétrica, fato que não aconteceu. Nesse caso a necessidade de relação mais próxima com o Estado e com a Energisa se torna latente. A Fundação Cultural Palmares poderia auxiliar neste processo, por meio de uma intermediação, mas a relação com esta também se mostra incipiente. O mesmo acontece com a Universidade.

Em síntese, a associação local poderia ser o caminho para organizar tais demandas. Sugere-se assim apoio a essa associação local, por meio de ações de planejamento participativo, com o objetivo de tornar a associação mais atuante e visível. Acredita-se que, desta forma, as suas demandas possam ser consideradas e potencialmente atendidas.

6 Fundação Cultural Palmares: “No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cidadania. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais”. Disponível em: [http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=95](http://www.palmares.gov.br/?page_id=95). Acesso em: 24 fev. 2021.

## Cidadãos (Beneficiários e Não Beneficiários do TSEE)

Dadas as dificuldades de contato decorrentes da pandemia da Covid-19, foram tentados 2 caminhos: entrevista semiestruturada remota (9 respondentes, sendo 5 em Araguaína, 2 em Palmas e 2 em São Félix do Tocantins) e *survey*. O método *survey* gerou apenas 30 respostas e, dessa forma, os dados demográficos e mesmo a avaliação do programa não têm significância para serem aqui apresentados. Porém, ao final do *survey*, havia uma pergunta aberta sobre sugestões para a melhoria do programa, que são em essência, idênticas às obtidas por meio das entrevistas.

Destaca-se que foram buscados cidadãos de baixa renda, muitos deles sem acesso a telefone celular/Internet, ou com dificuldades para a utilização de tais meios.

Quadro 4: Análise de Conteúdo – Cidadãos

<b>Categoria/Relação</b>	<b>Descrição</b>
<b>Sociedade-Estado</b>	A sociedade ainda não conhece de forma plena o TSEE. O principal problema relatado é a falta de informação/comunicação. O CadÚnico, porta de acesso ao benefício é confundido com o Bolsa Família e com o próprio CRAS. Nota-se um problema de comunicação CRAS-Cidadão e Cidadão-CRAS, a pandemia dificultou ainda mais esse acesso. Foi relatado que o CRAS é solicitado quando procurado. A atualização bianual do CadÚnico é também um problema. Os cidadãos não conseguem acompanhar os períodos de atualização mesmo com diversas ações dos CRAS, como mutirões, carros de som, etc. Sugerimos, e os entrevistados aprovaram, a auto atualização do CadÚnico pelo próprio beneficiário, que poderia ser monitorado pelo CRAS. Uma entrevistada relatou que poderia conseguir o benefício ao assinar o contrato de aquisição com Caixa Econômica Federal. Outro entrevistado foi informado pela Secretaria Municipal de Habitação.
<b>Sociedade-Mercado</b>	Foram relatados problemas de comunicação entre cidadãos e Energisa, apesar da empresa ter atendimento presencial, WhatsApp e via 0800. As informações estão também no site da empresa. Foi sugerido o uso do rádio e da TV para atingir uma maior parcela da população, inclusive indígenas e quilombolas.
<b>Estado-Mercado</b>	Foram relatados problemas de comunicação entre cidadãos e Energisa, apesar da empresa ter atendimento presencial, WhatsApp e via 0800. As informações estão também no site da empresa. Foi sugerido o uso do rádio e da TV para atingir uma maior parcela da população, inclusive indígenas e quilombolas.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Mais uma vez, a falta de informação mostrou-se a tônica, em termos de resultados. A informação existe, podendo ser acessada, porém os canais e/ou linguagens parecem não atender às demandas do público ora específico. A realização e a manutenção do CadÚnico também são pontos que merecem atenção, pois a concessão do benefício, em caso de lapso em tais processos, pode ser suspensa.

Sugere-se ainda o monitoramento contínuo do CRAS, no sentido de prever a descontinuidade da atualização do CadÚnico, ação esta que poderia se realizar por meio de mutirões semestrais, por exemplo. A Energisa também pode ajudar nesse processo, pois

poderia enviar apensada à conta um aviso sobre a proximidade da necessidade de atualização do CadÚnico, informando também o CRAS, por meio de um relatório consolidado. Nesse sentido, CRAS e Energisa poderiam compartilhar informações, utilizando-se de listas mensais ou bimestrais de cadastros próximos ao vencimento, por exemplo, com antecedência de três meses. Outra possibilidade sugerida e aprovada pelos beneficiários é que o CadÚnico fosse atualizado pelo próprio beneficiário, com monitoramento do CRAS.

## ENERGISA

O responsável pelo programa na empresa atendeu ao contato, concedendo assim uma entrevista. Não se viu a necessidade de buscar outras fontes na organização, pois as informações sobre o TSEE estão no sítio da empresa, além de existirem outros canais de atendimento, quer seja presencial, por WhatsApp e também por telefone do tipo 0800.

A Energisa realiza o que preconiza a legislação vigente, inclusive com ações ampliadas, como o Caminhão da Energisa, por exemplo. A sugestão foi que o CRAS enviasse à empresa fichas de resumo por “atacado”, junto com as demais informações dos beneficiários.

### Quadro 5: Análise de Conteúdo – Energisa

<b>Categoria/Relação</b>	<b>Descrição</b>
<b>Sociedade-Estado</b>	A empresa relata que segue a Lei Federal (12.212/2010), que trata do TSEE.
<b>Sociedade-Mercado</b>	Motivos para corte do benefício: aumento da renda e atualização do CadÚnico (a cada 2 anos). A Energisa não concede imediatamente o benefício, ele precisa ser solicitado (CadÚnico atualizado NIS e RG) essas informações são cruzadas com os dados do governo federal: renda e quantidade de pessoas residindo no local. Confusão entre CadÚnico e Bolsa Família. Energisa informa a questão do CadÚnico quando procurada diretamente. Caminhão da Energisa – conscientização e atualização. Caminhão da Energisa: arte, cultura, TSEE e troca de lâmpadas por lâmpadas led.
<b>Estado-Mercado</b>	Sugestão o CRAS trabalhar por “atacado”, mandando diretamente as informações para a Energisa.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

Conforme apontado na relação Categoria Sociedade-Estado, a Energisa também poderia auxiliar no monitoramento das atualizações prestes a vencer, atuando em parceria com os CRAS, enviando cartas de aviso juntamente com as contas de energia.

## FUNAI

Foi realizada uma entrevista semiestruturada com representante da Funai no Estado do Tocantins. Não foi possível o deslocamento até as aldeias, por imposição das restrições motivadas pela pandemia da Covid-19, sobretudo em relação a este público, considerado de alto risco. Porém, as informações repassadas na entrevista mostraram-se bastante esclarecedoras.

Quadro 6: Análise de Conteúdo – Funai

<b>Categoria/Relação</b>	<b>Descrição</b>
<b>Sociedade-Estado</b>	Os mutirões de documentação são importantíssimos. Os indígenas não têm a informação da atualização e perdem o benefício. Utilização do rádio poderia ajudar.
<b>Sociedade-Mercado</b>	Quando a energia é instalada em uma aldeia, existe o cadastro inicial, mas com o aumento do tamanho da aldeia o processo não é reiniciado. O indígena não possui a informação, ele não sabe olhar na conta se o benefício está lá ou não. As palestras da Energisa não são em língua local, o que dificulta a comunicação.
<b>Estado-Mercado</b>	Em relação às contas de energia acontece um desencontro de informações, a Energisa diz que envia e os indígenas alegam não ter recebido.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

A análise feita a partir dos dados da Funai evidencia que, novamente, o problema de informação é indelével, agravado pela diferença de língua. Poderiam ser, neste caso, adotadas duas estratégias. A primeira, traduzir as informações e transmiti-las por meio do rádio ou por produções audiovisuais direcionadas aos indígenas. Também, o CRAS e a Funai poderiam estabelecer parceria para ajudar no processo de concessão do benefício.

#### CRAS

Ainda que pareça redundante, a desinformação foi relatada também neste caso, mostrando-se assim como questão recorrente. Na análise, os canais de informação existem, mas parecem não se adequar ao público, em termos de suas idiossincrasias.

Quadro 7: Análise de Conteúdo – CRAS

<b>Categoria/Relação</b>	<b>Descrição</b>
<b>Sociedade-Estado</b>	Os mutirões de documentação são importantíssimos. Os indígenas não têm a informação da atualização e perdem o benefício. Utilização do rádio poderia ajudar.
<b>Sociedade-Mercado</b>	Em algumas localidades, a Energisa vai de casa em casa para doação de geladeiras e lâmpadas mais econômicas e cadastramento. Sugere uma maior divulgação na TV e rádio. Sugeriu-se que a universidade pode ajudar na divulgação.
<b>Estado-Mercado</b>	Houve um conflito entre o prazo de atualização (legalmente dois anos) e o relato do CRAS, dizendo que a Energisa retira o benefício antes do prazo.

Fonte: dados da pesquisa (2020).

O conflito relativo ao prazo de atualização do CadÚnico é problema que precisa ser resolvido e melhor explorado. De um lado a Energisa afirma seguir a legislação, que preconiza período de dois anos. Do outro, os CRAS relatam casos do descumprimento deste prazo. Aqui existem duas interpretações: erro da Energisa ou relatos de casos em que o prazo foi realmente ultrapassado e o beneficiário, ou o CRAS, não viram a informação correta-

mente. Nos dois casos voltamos ao problema central a desinformação. Desinformação aqui é entendida como a informação por canais não efetivos, pois indubitavelmente, ela existe.

## Análise Geral

Como resultado geral desta Análise de Conteúdo, tem-se a questão da desinformação, ou melhor, da informação não eficiente, dada a sua existência. O presente projeto elaborou uma cartilha indicando o passo a passo para o benefício, produto que pode colaborar nessa questão.

A sugestão recorrente foi a ampla divulgação de informações por rádio e TV, além da realização de mutirões periódicos para cadastramento e atualização do CadÚnico. Nesse contexto, tem-se as seguintes sugestões:

- 1) A busca ativa: que pode se dar por dois caminhos que são complementares: no primeiro, o próprio CadÚnico pode emitir relatórios para cada localidade, informando a proximidade do prazo de atualização (3 meses parece um bom prazo). Esta lista seria enviada, concomitantemente, para os CRAS e para a Energisa. Ambos, em parceria, poderiam avisar os beneficiários sobre a necessidade de atualização dos dados. O CRAS, por meio do contato direto, e a Energisa, por meio de carta apensada às contas de energia enviadas. Outra possibilidade, também de caráter complementar, seria o estabelecimento de parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde, para que os agentes de saúde, profissionais que têm proximidade com a população, avisem aos beneficiários desta proximidade sobre o vencimento do prazo.
- 2) A informação poderia ser veiculada por meio do rádio e da TV, além da realização de mutirões semestrais (ou de menor frequência) para cadastro e atualização. Nestes, podem ser encaminhadas as cartilhas elaboradas no âmbito deste projeto. A informação, a título de reforço, pode ser veiculada por meio de redes sociais diversas, de modo que seja possível atingir o maior número de beneficiários atuais e também potenciais beneficiários. Em algumas localidades o carro de som também é indicado.
- 3) Os próprios beneficiários poderiam cadastrar-se, atualizando-se assim a informação no CadÚnico por meio de acesso a um sítio na Internet e/ou aplicativo desenvolvido para dispositivos móveis, que possam ser monitorados pelos CRAS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente trabalho trouxe desafios de naturezas diversas. A pandemia da Covid-19 se inicia em concomitância com o próprio projeto, no mês de março do ano de 2020. Tal fato exigiu readequações na metodologia, onde as entrevistas e visitas em loco foram substituídas por reuniões remotas. Por um lado, perdeu-se alguma riqueza de informações que apenas encontros pessoais podem pressupor. Por outro lado, há de se enaltecer que a estratégia permitiu que o projeto fosse realizado com êxito.

Houve grande empenho da equipe na elaboração dos produtos técnicos e artigos, bem como na construção deste. Ao mesmo tempo em que diversos problemas surgiam e

novos desafios se apresentavam, as suas soluções eram encontradas, coletivamente. Pode-se assim dizer, que foi um trabalho essencialmente colaborativo e interdisciplinar.

Como abordado anteriormente, encontrou-se um problema central, relativo a comunicação. A partir disso, foram sugeridas 3 ações concretas e complementares. Produtos técnicos visando a informação dos beneficiários e dos agentes do poder público também foram elaborados. Em outro flanco, os 3 artigos científicos, já submetidos a revistas, ajudam a aumentar o repertório sobre o tema na academia, questão de grande valia.

O problema encontrado no Tocantins não pode, *a priori*, ser generalizado a nível nacional. De qualquer modo, infere-se que serão encontradas situações análogas, respeitando-se as diferenças regionais observadas em um país com dimensões continentais. Sugere-se, porém, para próximas pesquisas, a realização de investigações com maior abrangência envolvendo regiões inteiras ou a própria nação como um todo, mesclando métodos de abordagem qualitativas e quantitativas.

## REFERÊNCIAS

ANEEL: Agência Nacional de Energia Elétrica. Resolução n.º 928 de 26 de março de 2021. Estabelece medidas para a preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da pandemia de coronavírus (Covid-19), 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-aneel-n-928-de-26-de-marco-de-2021-311674540>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ANEEL: Agência de Energia Elétrica. *Ranking das Tarifas 2020*. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/ranking-das-tarifas>. Acesso: 25 jun. 2021.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

CAMARGO, E.; RIBEIRO, F. S.; GUERRA S. M. G. O Programa Luz Para Todos: metas e resultados. *Revista Espaço Energia*, n. 9, p. 21-22, out. 2008.

CAMPELLO, Tereza *et al.* Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 54-66, nov. 2018.

CAMPELO, V.; VILAÇA, M. V.; SOUTH, H. G. *Verificação se os critérios de implementação da Tarifa Social beneficiam efetivamente as famílias de baixa renda*. (Relatório de auditoria TC 014.698/2002-7). Tribunal de Contas da União. Brasília. 2003.

CGU: Controladoria Geral da União. *Relatório de Avaliação do Ministério de Minas e Energia*. 2020. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiw7uqxy-XvAhXnHrkGHcTuDNAQFjAAegQIAxAD&url=https%3A%2F%2Faud.cgu.gov.br%2Frelatorios%2Fdownload%2F875282&usq=AOvVaw0Hx\\_G4nDyfVTLTKIBUGIE8](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKewiw7uqxy-XvAhXnHrkGHcTuDNAQFjAAegQIAxAD&url=https%3A%2F%2Faud.cgu.gov.br%2Frelatorios%2Fdownload%2F875282&usq=AOvVaw0Hx_G4nDyfVTLTKIBUGIE8). Acesso em: 04 abr. 2021.

DE PAULA, J. C. *O uso do cadastro único: uma análise a partir dos programas tarifa social de energia elétrica e telefone popular* (Monografia) –Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2013.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Texto para discussão n.º 341, Energia Elétrica – Setor Emergencial*. Serviço editorial, Brasília-DF, jun-1994.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Cadernos ODS 07: Assegurar o Acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos*. Paraná, 2019.

LUCENA, M. A. A. de; OLIVEIRA, M. G. B. de; BEZERRA, I. S. Consórcio de Energia Solar e Eólica em Áreas Isoladas no Semiárido Paraibano: um estudo de caso em Picuí – PB. *Revista Ambiental*, v.1, n. 3, p. 115-124, jul./set., 2015.

MME: Ministério de Minas e Energia. *Relatório de Avaliação. Jul-2020*. Disponível em: [file:///C:/Users/Daniel/Downloads/Relato%C2%B4rio%20Avaliac%C2%B8a\\_o%20TSEE%20-%20201902174%20.pdf](file:///C:/Users/Daniel/Downloads/Relato%C2%B4rio%20Avaliac%C2%B8a_o%20TSEE%20-%20201902174%20.pdf). Acesso em: 15 ago. 2021.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *Documentos temáticos: objetivos de desenvolvimento sustentável 6, 7, 11, 12, 15*. Brasília, junho de 2018. Disponível em: [Documentos%20Tem%C3%A1ticos%20-%20ODS%206,%20ODS%207,%20ODS%2011,%20ODS%2012%20e%20ODS%2015](#). Acesso em: 05 ago. 2021.

PEÑA, C. R. *et al.* A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois o Programa Bolsa Família. *Rev. Adm. Pública*, v. 49, n. 4, p. 889-913, jul./ago. 2015.

SECCHI, L. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VALENTE, J. A. I. *Nova Sistemática de Aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica: uma análise para se evitar a suspensão total do fornecimento, reduzir custos e aprimorar procedimentos*. (Dissertação do Departamento de Economia) –Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TAVARES, M. L.; FERREIRA, E. C.; DIAS, J. A. S. *Análise do Emprego do Critério "Padrão de Moradia" na Concessão da Tarifa Social de Energia Elétrica*. Scielo, Campinas, 2006. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022006000100011&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000022006000100011&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 14 jun. 2021.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

#### AIRTON CARDOSO CANÇADO

Doutor em Administração pela UFLA. Mestre em Administração pela UFBA. Graduado em Administração UFV. Professor e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Coordenador do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e professor do Curso de Administração da UFT.

*E-mail:* [airtoncardoso@uft.edu.br](mailto:airtoncardoso@uft.edu.br).

#### ANDRÉ PUGLIESE DA SILVA

Mestre em Educação (UnB). MBA em Gestão Empresarial (FGV). Especialista em Educação Comunicação e Novas Tecnologias (Unitins). Professor e Coordenador do Núcleo de Inovação do ITPAC Palmas. Professor do Centro Universitário Católica do Tocantins. Professor no curso de Administração da Universidade Federal do Tocantins.

*E-mail:* [pugliese@uft.edu.br](mailto:pugliese@uft.edu.br).

#### LUCAS EMMANUEL SILVA TEIXEIRA

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Oeste da Bahia.

*E-mail:* [lucas.emmanuel@mail.uft.edu.br](mailto:lucas.emmanuel@mail.uft.edu.br).

#### DANIEL DA SILVA FÉLIX

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade Vale do Rio dos Sinos. Especialista em Controladoria, Auditoria e Perícia Contábil pela Universidade Tuiuti do Paraná. Especialista em gestão pública municipal pela Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Maranhão.

*E-mail:* [danyelsilvafelix@gmail.com](mailto:danyelsilvafelix@gmail.com).